

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 3/2020

Pelas 15 horas do dia 11 de setembro de 2020, no Cineteatro Francisco Ventura, em Gavião, reuniu em sessão ordinária a assembleia municipal de Gavião, contando com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, Mónica Mota Marques, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Ana Rita Delgado Valério, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Sílvia Tibúrcio da Palma, Paulo Jorge Serra dos Santos, Anselmo António Serra dos Santos Fura, Abílio Flores Mendes, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Germano Manuel Baptista Porfírio, Martina Pires Marcelino de Jesus, Carlos Manuel de Matos Alexandre e José Manuel Praia Neves. -----

Regista-se também a presença de José Maria Lino Neto Pereira de Lima, na qualidade de cidadão seguinte na lista de candidatura a este órgão pela coligação "Gavião para todos – PPD/PSD - CDS/PP", para tomar posse como membro desta assembleia, na sequência do pedido de substituição apresentado pelo deputado Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Manuel Gomes Severino, Graciosa Espadinha Chambel e Jorge Marques dos Santos. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos 3, 4, 5, 6, 7 e 8 da Ordem de Trabalhos**. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, Paulo Manuel Alfaiate Pires, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----

De seguida, nos termos do disposto nos artigos 77.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de setembro, deu posse ao novo membro da assembleia municipal, José Maria Pereira de Lima. Verificada a identidade do cidadão, declarou-o investido nas suas funções e formulou votos de desempenho profícuo. O respetivo termo

de posse ficará arquivado em anexo à ata de instalação da Assembleia Municipal de Gavião para o mandato 2017-2021. -----

Ainda no período antes da ordem do dia, informou que no dia 13 de outubro irá ocorrer uma sessão extraordinária para a eleição do presidente da CCDR. Esclareceu que nessa data todas as assembleias municipais reunirão em simultâneo, entre as dezasseis e as vinte horas. Atempadamente serão remetidas todas as convocatórias. -----

De seguida apresentou os assuntos que selecionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2020. ----

Na ata da reunião realizada em 3 de junho não destacou qualquer assunto. ----

Informou que a reunião realizada em 9 de junho foi extraordinária e teve apenas dois assuntos, a adjudicação das empreitadas de “Reabilitação do Edifício do Antigo Seminário de Gavião” e “Ampliação da Rede de Esgotos da Torre Cimeira e da Torre Fundeira”, tratando-se de dois assuntos importantes, que já são do conhecimento dos deputados. -----

Na ata da reunião realizada em 17 de junho também não destacou qualquer assunto. -----

Na ata da reunião realizada em 1 de julho referiu os esclarecimentos prestados pelo senhor vice-presidente acerca da sua nova habitação. -----

Nas atas das reuniões realizadas em 15 de julho e 5 de agosto não salientou nenhum assunto. -----

Na ata da reunião realizada em 19 de agosto evidenciou a referência à falta de recursos humanos na área da restauração, no concelho. Informou que tem usufruído dos estabelecimentos do concelho e tem verificado essa lacuna, muitas vezes referenciada pelos empresários do setor. Afirmou pensar que o Agrupamento de Escolas de Gavião poderá contribuir para a solução dessa lacuna, uma vez que decorre um curso nessa área. Apesar de faltarem dois anos para a conclusão do curso, pensa que alguns alunos darão bons profissionais. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia questionou se algum deputado municipal pretendia intervir. -----

Não se tendo registado qualquer intervenção, deu início à ordem de trabalhos. -

PONTO UM = apreciação e eventual aprovação da ata da sessão anterior; -

O senhor presidente da assembleia começou por informar que recebeu, naquela data, um email do senhor deputado Paulo Matos pedindo a alteração da ata em dois pontos. Leu as alterações solicitadas e informou que a mesa decidiu aceitar as mesmas. -----

O senhor deputado Paulo Matos cumprimentou todos os presentes, reiterou que na última reunião não houve faltas de respeito, mas afirmou que a ata tem pouca informação, para a primeira reunião da época COVID. Assim, ou as pessoas falam menos e o registo está adequado ou passamos a registar mais conteúdo. -----

De seguida, o senhor presidente da assembleia colocou a votação a ata, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por maioria, com as abstenções do deputado José Maria Lima, por não ter participado na respetiva reunião e do deputado Paulo Matos. -----

PONTO DOIS = informação sobre a atividade do município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

A senhora segunda-secretária leu o relatório de atividades, entregue pelo senhor presidente da câmara. -----

De seguida, o senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes e apresentou o resumo diário de tesouraria relativo ao dia 10 de setembro de 2020, que apresentava um saldo de 1.417.043,08€ (Operações Orçamentais – 1.271.153,38€ e Operações de Tesouraria – 145.889,70€). -----

Sublinhou que a situação financeira se mantém estável e controlada, pese embora o enorme volume de obras que decorre no concelho. Salientou que os pagamentos têm sido feitos com celeridade, procurando que as empresas não sofram mais constrangimentos, para além das consequências da COVID-19. Informou que a comparticipação financeira das obras financiadas está a ser feita a 2/3 semanas após o pedido de pagamento. -----

PONTO TRÊS = Fixação da participação variável de IRS a aplicar aos rendimentos de 2021 (n.º 1 e 2 do art.º 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e alínea e) do n.º 1, d art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----



A câmara municipal propôs a aplicação da taxa de 5% de redução (máximo possível), fixando a participação do município em 0%, devolvendo aos munícipes os 5% de IRS que lhe caberiam. -----

O senhor presidente da câmara salientou que este é um apoio que é concedido pelo município há vários anos, como estratégia para a fixação de pessoas no concelho. -----

O senhor deputado Paulo Matos salientou que, em outros anos, os deputados da coligação defendiam que este apoio devia ser ponderado, face às baixas receitas do município. Mas este ano, face à pandemia, consideram que todo o rendimento que possa ser devolvido às pessoas, deve sê-lo. -----

Colocado a votação, foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO = Deliberação sobre as taxas do IMI a praticar em 2021 (artigo 112.º do Código do I.M.I. aprovado pelo Dec. Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro e alínea d) n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

Foi proposta, pela câmara municipal, a aplicação da taxa de IMI de 0,3% -prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, bem como a majoração de 30% do imposto, nos prédios degradados e o triplo do valor para os prédios considerados em ruína. -----

O senhor presidente da câmara afirmou que esta é mais uma medida que tem em vista a fixação de pessoas. Faz parte da estratégia, para alcançar esse fim. -----

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO = Apreciação e eventual aprovação da proposta de não aplicação da derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2021; -----

O senhor presidente da câmara salientou que os incentivos à fixação devem abranger também as empresas, que têm sede no concelho. -----

Colocada a votação, a assembleia municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de não aplicação de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, a cobrar em 2021. -----

PONTO SEIS = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- **Aquisição de serviços de fiscalização da empreitada “Reordenamento de Trânsito na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas, para a Mobilidade Urbana Sustentável”**. Despesa prevista para 2020 – 11.424,02€ (IVA incluído), 2021 – 45.696,07€ (IVA incluído) e 2022 – 3.808,01€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços para fiscalização das empreitada Reabilitação do Edifício do Antigo Seminário de Gavião”**. Despesa prevista para 12.350,73€ (IVA incluído), 2021 – 49.402,90€ (IVA incluído) e 2022 – 12.350,80€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviços para fiscalização da empreitada “Percurso Pedestre PR8 – Rota da Sirga”**. Despesa prevista para 2020 – 9.462,22€ (IVA incluído) e para 2021 – 12.616,28€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -

- **Empreitada de “remoção e substituição de fibrocimento da cobertura da Escola Básica e Secundária de Gavião”**. Despesa prevista para 2020 – 1,00€ (IVA incluído) e para 2021 – 158.566,97€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor presidente da câmara informou que esta intervenção foi planeada para ser executada em 2021, mas a legislação publicada obriga a consignar a obra em 2020, essa é a justificação para cabimentar o valor de 1€ para 2020. --

- **Refeições escolares para alunos do Pré-escolar de Comenda**, a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2020 – 2.430,63€ (IVA incluído) e 2021 – 4.861,26€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Refeições escolares para alunos 1.º Ciclo da Comenda**, a contratar à Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Despesa prevista para 2020 – 2.161,58€ (IVA incluído) e 2021 – 4.410,79€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de gás propano a granel para a Escola de Gavião**. Despesa prevista para 2020 – 2.254,59€ (IVA incluído), 2021 – 13.530,00€ (IVA incluído) e para 2022 – 11.275,41€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Contrato Emprego – Inserção +, promovido pelo IEFP**. Despesa prevista para 2020 – 1.087,42€ (bolsa + sub. refeição) e para 2021 – 3.805,97€ (bolsa + sub. refeição). Aprovado por unanimidade. -----

-



- **Contrato Emprego – Inserção, promovido pelo IEFP.** Despesa prevista para 2020 – 1.156,20€ (bolsa + sub. refeição) e para 2021 – 3.467,88€ (bolsa + sub. refeição). Aprovado por unanimidade. -----

- **Contratos de Emprego Apoiado em Mercado Aberto.** Despesa prevista para 2020 – 13.812,16€, 2021 – 50.401,25€, 2022 – 52.255,18€ e para 2023 – 42.259,53€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Atividades de animação e apoio à família no Agrupamento de Escolas de Gavião,** a contratar com a “APEGAV – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Concelho de Gavião”. Despesa prevista para 2020 – 11.000,00€ e 2021 – 22.000,00€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de conteúdos para o “Currículo Local” e ferramentas de colaboração entre a comunidade escolar (professores, alunos, encarregados de educação e autarquia) no âmbito do projeto Sucesso Escolar: plataforma de aprendizagem, colaboração e partilha, com o intuito de promover o sucesso escolar e combater o abandono escolar.** Despesa prevista para 2020 – 37.342,80€ (IVA incluído) e para 2021 – 37.342,80€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou se será no âmbito deste projeto, e se haverá aulas de apoio a matemática e português, como tem sido habitual. -

O senhor presidente da câmara esclareceu que não será no âmbito deste projeto, mas haverá aulas de apoio de matemática e português. -----

- **Aquisição de serviço de transporte escolar específico,** a contratar a “Associação Humanitária de Bombeiros de Gavião”. Despesa prevista para 2020 – 2.335,39€ (IVA incluído) e para 2021 – 3.709,15€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Manutenção do relvado sintético do Campo de Futebol do Salgueirinho.** Despesa prevista para 2020 – 582,90€ (IVA incluído) e para 2021 – 582,90€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- **Aquisição de serviço para realização de oficinas de teatro, a contratar a “Carla Susana Aparício Dias”.** Despesa prevista para 2020 – 960,00€ (IVA incluído) e para 2021 – 1.920,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. ---

O senhor deputado Paulo Matos salientou que a questão a colocar seria transversal e não apenas referente ao compromisso em apreciação.



Questionou se, face às recomendações da DGS relativamente ao número de pessoas que se podem juntar, este compromisso, e outros, serão afetados. ----
O senhor presidente da câmara salientou que foram divulgadas, no dia anterior, as recomendações da DGS para o estado de contingência, determinando a proibição de ajuntamentos superiores a dez pessoas. Esclareceu que esta atividade será concretizada em ambiente escolar. Nesse contexto, as recomendações são diferentes. Assegurou que o município está atento e se forem emanadas diretivas que impliquem mudanças nesta ou em qualquer outra iniciativa serão feitas as necessárias correções. -----

A assembleia municipal apreciou ainda a autorização prévia da **recalendarização** dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- **Compromisso n.º 12687 – Cartografia Numérica Vetorial**, a contratar a "INFOPORTUGAL, SA". Valor para 2020 + 9.169,75€ (+ IVA 23%), valor para 2022 -9.169,75€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Compromisso n.º 12307 – Faturação Eletrónica**, a contratar a "SAPHETY, SA". Valor para 2020 +722,70€ (+ IVA 23%), valor para 2021 -722,70€. Aprovado por unanimidade. -----

- **Compromisso n.º 11381 (eletricidade)**. Diminuir o valor comprometido para 2019 em -15.000,00€ e passar o valor para 2021. Aprovado por unanimidade. -

- **Compromisso n.º 11241 (eletricidade)**. Diminuir o valor comprometido em -8.000,00€ e passar o valor para 2021. Aprovado por unanimidade. -----

- **Compromisso n.º 11244 (eletricidade)**. Diminuir o valor comprometido em -8.000,00€ e passar o valor para 2021. Aprovado por unanimidade. -----

- **Compromisso n.º 11245 (eletricidade)**. Diminuir o valor comprometido em -8.000,00€ e passar o valor para 2021. Aprovado por unanimidade. -----

PONTO SETE = apreciação e eventual aprovação do Plano Municipal de Proteção Civil; -----

O senhor presidente da câmara realizou uma breve apresentação do documento. Informou que o mesmo foi previamente submetido a consulta pública e mereceu parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Referiu que na sessão anterior houve algumas sugestões e o senhor deputado Paulo Matos alertou para a referência ao Campo da Aviação da Comenda. Reconheceu que, efetivamente, aquele local não reúne condições para a aterragem de um avião, talvez um helicóptero. No entanto,

não é possível retirar o Campo de Aviação do Plano Municipal de Proteção Civil, porque o mesmo consta nas cartas militares. -----

O senhor deputado Paulo Matos salientou que ter um Plano Municipal de Proteção Civil é um objetivo que finalmente vai estar cumprido. Trata-se de um instrumento de gestão política e social, que poderá melhorar muito a coordenação entre as entidades envolvidas, apesar de ser um documento genérico e longo. Assegurou que o documento merece a sua concordância. Referiu que as maiores dúvidas estão no documento de execução. Assim, questionou o que é a Casa de Saúde Gavião, que ali é referida. A segunda questão colocada teve a ver com as infraestruturas de transportes aéreo, tal como foi referido pelo senhor presidente da câmara. Ou se limpam os sobreiros e outra vegetação ali existente, ou vai ser impossível utilizar, o que poderá criar problemas no futuro. A terceira questão, foi a propósito das Zonas de Concentração Local. Afirmou ter muitas dúvidas sobre a operacionalização desta componente. Disse que uma coisa é estarem identificados os locais que podem vir a servir, outra coisa é encontrar esses sítios num meio de uma catástrofe, mesmo com o apoio das forças de segurança. Questionou ainda como será possível controlar a lotação (100 pessoas) ou o acesso a eletricidade e instalações sanitárias. A quarta questão que colocou, estava relacionada com a listagem das associações, que consta no plano. Salientou que muitas associações só estão ativas no verão. Considerou que seria mais útil, uma listagem com o contacto de um responsável, residente no concelho, por cada associação. -----

O senhor presidente da câmara começou por referir que um plano é um conjunto de ideias plasmadas num documento. Este plano, tal como qualquer outro, é um documento dinâmico, que pode ser constantemente atualizado. O importante é que funcione como deve. Salientou que as associações do concelho são a mola real da nossa região e devem ser valorizadas. Assegurou que o município tem bases de dados atualizadas com os contactos das direções das associações, para qualquer circunstância. Evidenciou que está a ser implementado o programa “Aldeia Segura – Pessoas Seguras”. A apresentação já ocorreu em 13 localidades do concelho e o principal objetivo é definir os procedimentos, para que cada um saiba o que tem de fazer. Os



oficiais de segurança estão identificados e estão criados os mecanismos para que funcione em qualquer situação de catástrofe, não é apenas para incêndios. Relativamente à referência à Casa de Saúde de Gavião é uma incorreção e onde está Casa de Saúde, deve ler-se Centro de Saúde. Quanto à questão da formação, referiu que os oficiais de segurança são, habitualmente, das pessoas mais válidas da localidade. Afirmou saber que estes cidadãos procuram informar-se, mas os procedimentos estão definidos e eles sabem exatamente o que têm de fazer. Uma das maiores preocupações é que eles identifiquem as pessoas com mais necessidade de apoio e as encaminhem para o abrigo, para que depois os bombeiros ou as forças de segurança possam fazer a evacuação. Já foram realizados vários simulacros, para que todos percebam o que devem fazer. Este ano decorreu no Cadafaz. Porque a população deve ficar em segurança e não atrapalhar os operacionais. -----

Colocado a votação pelo senhor presidente da Assembleia Municipal de Gavião, sob proposta da câmara municipal, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Gavião, foi aprovado por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 2, artigo 5.º, do decreto-lei n.º 44/2019. -----

PONTO OITO = 2.ª revisão ao orçamento e GOP; -----

A assembleia municipal deliberou por unanimidade, aprovar a **2.ª revisão ao Orçamento 2020, no valor de 103.000,00€, e às GOP no valor de 9.500.000,00€.** -----

O senhor presidente esclareceu que a presente revisão é fundamentada pela necessidade de comprometer o valor relativo à obra do "Mercado e Zona de Lazer de Vale de Gaviões". A obra será candidatada ao programa LEADER, que obriga o município a ter o valor comprometido. Afirmou que, pessoalmente, não concorda, porque a candidatura pode não ser aprovada, mas são estas as regras. As despesas com a COVID-19 também tiveram que ser incluídas na revisão, bem como a candidatura da "Cultura em Rede". Trata-se de um projeto transversal aos 15 municípios da CIMAA, com um valor de 600 mil euros. Serão realizados 15 espetáculos, um por cada concelho, com artistas de renome nacional (300 mil euros + IVA) e ainda alguns espetáculos de rua, quatro dos quais decorrerão no concelho de Gavião. Haverá ainda a possibilidade de o município propor à CIMAA uma medida importante na área da cultura, com um valor até 9 mil euros. -----

PONTO NOVE = diversos. -----

O senhor presidente da assembleia municipal deu conhecimento da proposta, aprovada por unanimidade pelo executivo municipal, para pagamento integral das refeições, a todos os alunos do 1.º ciclo e pré-escolar do Agrupamento de Escolas de Gavião. De seguida deu a palavra aos deputados municipais. -----

O senhor **presidente da Junta de Freguesia de Comenda**, Carlos Alexandre, cumprimentou todos os presentes e manifestou a sua indignação e preocupação pela falta de médico de família, na sua freguesia. Saliu que a junta de freguesia e o município têm feito tudo o que é possível para que ocorra a contratação de um profissional. Informou, também, que teve conhecimento que o senhor diretor do centro de saúde tem feito pressão para que ocorra a contratação. A propósito do Parque de Merendas da Ribeira da Venda, questionou se houve desenvolvimentos na intenção de criar uma piscina para adultos e, também, se o município mantém a intenção de candidatar a instalação de um parque de autocaravanas naquele espaço. Saliu que aquele espaço tem um problema relacionado com a escritura do terreno, mas o município e a junta têm feito todos os esforços para ultrapassar esse obstáculo, apesar de já ter passado muito tempo e a resolução do problema passar agora pelos herdeiros. -----

De seguida, convidou todos os deputados municipais para um evento organizado pela Junta de Freguesia de Comenda, Orfeão da Comenda “Estrela da Planície” e Arquivo Digital da Comenda, a realizar no dia 3 de outubro e que consistirá no lançamento do livro “Antologia do Conto Alentejano”. Saliu que o referido evento carece ainda da autorização das entidades competentes e do cumprimento das determinações da DGS. -----

O senhor deputado Paulo Matos começou a sua intervenção salientando que, tratando-se da segunda reunião da época COVID deveria ter sido apresentado um relatório da situação no concelho e não apenas um tópico no relatório de atividade da câmara. Já passaram 3 meses, pelo que gostaria de saber: quantos testes foram realizados, o que levou a realizar esses testes, como foi identificado o surto em Belver, que ação de contenção foi utilizada, que ensinamentos retirámos, o que resultou e o que não resultou. Ainda em relação a Belver, informou que acompanhou a situação com preocupação e todas as pessoas com quem falou foram unânimes sobre a forma altamente profissional

como o presidente do Centro Social Belverense e ex-presidente da câmara, Jorge Martins lidou com a situação. Salientou que podemos não gostar de uma personalidade, mas os bons atos merecem louvor. Dirigiu um bem-haja pelo trabalho desenvolvido, em especial por se ter evitado o alarme geral na sociedade gavionense, ou a ostracização dos cidadãos que tiveram a infelicidade de ficar infetados. Recordou que na última reunião questionou o que iria acontecer ao hospital de campanha localizado no pavilhão municipal e essa resposta não lhe foi dada. Considerou que não sabemos de que forma o município está preparado para um surto de larga escala nas instituições que prestam cuidados a idosos. Questionou se o Centro de Saúde de Gavião terá um plano de contingência no âmbito da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano. Afirmou ainda esperar que o senhor presidente da assembleia municipal, na qualidade de diretor do agrupamento de escolas informe qual o plano para o regresso às atividades letivas. Existem muitas dúvidas por parte dos encarregados de educação, transportes, comércio e restauração. Salientou que havendo um surto em Alvega poderá ter impacto na comunidade educativa. Referiu que no decorrer da época balnear, se verificou muitas vezes a ocupação plena da praia do Alamal, sem que os utilizadores respeitassem essa indicação. Apesar de a meio da época ter sido proibido o campismo por excesso de ocupação, considerou que se deviam ter seguido os exemplos de outros concelhos, como Mação, que colocou funcionários a barrar os acessos. Solicitou esclarecimentos sobre a qualidade da água, em baixa, especialmente relativamente ao cheiro. -----

Informou ter tido conhecimento da existência de um abaixo-assinado, criado por um grupo de moradores do Loteamento do Calvário, relativamente à intenção de o município alterar a planta do loteamento. Questionou a motivação desses cidadãos e também a resposta que lhes foi dada. -----

Acerca da prática de desporto, perguntou se o Campo do Salgueirinho pode vir a ser utilizado para a prática de desporto ao ar livre, num horário de acesso público e ao fim-de-semana. -----

Deixou ainda uma sugestão para que o município pudesse enquadrar o trabalho de investigação agrícola que o cidadão Rui Delgado desenvolve na "Herdade Vale Machoso", para que as memórias produzidas e divulgadas pelo



autor não se percam e possam ser enquadradas numa publicação com apoio do município. -----

O senhor deputado Abílio Mendes interveio manifestando total concordância com a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda acerca da falta de médico de família naquela freguesia. Questionou a causa para as constantes ruturas na canalização da água em baixa, que apresenta mais problemas agora do que antes de ser renovada. Perguntou se teria sido a fraca qualidade dos materiais utilizados ou a fiscalização da câmara, a causa para o problema. Solicitou informação acerca dos horários de encerramento dos cafés. Afirmou pensar que as regras da DGS determinam que a partir da próxima terça-feira encerrarão às 20 horas, a não ser que a câmara decida horário até às 23 horas. Perguntou por que motivo as madeiras do Mercado Municipal da Comenda não têm tido qualquer manutenção. Salientou que já no mandato anterior, havia intenção de fazer obra de sanitários e jardim na Comenda. Questionou se serão realizadas as obras no presente mandato. Por último elogiou a concretização da obra dos esgotos das "torres", mas salientou que já deveria ter ocorrido há muito tempo. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu as questões colocadas e passou a palavra ao senhor presidente para responder às mesmas, salientando que teria todo o gosto em prestar os esclarecimentos solicitados pelo senhor deputado Paulo Matos, em relação ao Agrupamento de Escolas. -----

O senhor presidente da câmara começou por afirmar que comunga da preocupação do senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda face à falta de médico de família na sua freguesia. Apesar da saúde não ter sido uma das competências transferidas para o município, as duas entidades, junta e câmara, têm envidado todos os esforços para que seja alcançada uma solução. Têm sido efetuados todos os contactos possíveis com a Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano e a Direção Geral de Saúde. Reconheceu que os médicos não querem vir para o interior do país e que os incentivos dados pelo Governo não são muito aliciantes. Informou que havia vontade de um médico, com raízes em Amieira Cova, de se fixar no nosso concelho, mas não tem a especialidade de medicina familiar, por isso não pode concorrer. Mas pode ser prestador de serviços e encontra-se nessa situação. Salientou que se houvesse algum médico interessado, haveria disponibilidade para que o

município assumisse o pagamento de algum incentivo, como o arrendamento de uma casa, por exemplo. Referiu ainda que a falta de médico de família não se verifica exclusivamente na freguesia de Comenda, há outros utentes que também se encontram nessa situação em outras freguesias. Relativamente à piscina para adultos no Parque de Merendas da Ribeira da Venda, já foram consultadas algumas empresas acerca da possibilidade de ser instalada a piscina no açude. Todas se têm mostrado reticentes, quanto a essa solução, embora ainda haja mais empresas para consultar. Se essa solução não for viável, será construída uma piscina ao lado da que existe para crianças. Assegurou que mantém a intenção de candidatar a instalação de um parque de autocaravanas na Ribeira da Venda, até porque apesar de não existir um espaço formal para esse efeito, os autocaravanistas já ali pernoitam ocasionalmente. Salientou que será necessário que haja a possibilidade de apresentar candidatura. -----

Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Paulo Matos, salientou que a Câmara Municipal de Gavião tem tido a preocupação de prestar informação a todos os munícipes sobre a situação face ao COVID, sempre sem identificar as vítimas, nem criar alarmismos. Relativamente ao surto no Centro Social Belverense, efetivamente a direção e a equipa técnica agiram atempadamente, tendo contado sempre com todo o apoio da câmara municipal. Quer para conseguir a testagem com a maior urgência possível, quer para concretizar a descontaminação do espaço. O importante é que a situação se resolveu. Afirmou desconhecer a origem do surto. Informou ainda que dos nove casos identificados, apenas dois se mantêm ativos. Salientou que esteve com a instituição e estará com qualquer outra que passe pela mesma situação. Quanto ao pavilhão municipal, esclareceu que se tratava de uma estrutura de emergência, temporária. Irão manter-se algumas camas na sala mais pequena e o pavilhão será limpo para ser utilizado pelos alunos nas aulas de educação física. Salientou que acredita que o Centro de Saúde terá um plano de contingência, porque todas as entidades públicas têm, mas não o conhece, nem teria que conhecer. -----

Relativamente à Praia do Alamal, sublinhou que a câmara municipal tem tomado as decisões que se impõem, aumentou o número de nadadores-salvadores, colocou dispensadores de álcool-gel e tal como referiu, suspendeu

os acampamentos, quando considerou que o devia fazer. Essa decisão evitou maiores aglomerados. Também sensibilizou os concessionários para o cumprimento das regras impostas pela DGS. Essas atitudes têm resultado e, até ao momento, não foi detestado nenhum caso em utilizadores da praia. Para além do surto de Belver, o concelho de Gavião não tem nenhum caso, ao contrário de concelhos limítrofes, como Mação. Quanto à qualidade da água, informou que os parâmetros de qualidade das análises a que tem regularmente acesso estão todos a 100%. Disponibilizou-se para mostrar as análises a quem quisesse ver. Concordou que por vezes a água tem um cheiro diferente. Sublinhou que a Barragem de Póvoa e Meadas está no limite inferior da sua capacidade e a água fornecida tem que ser mais tratada. Salientou que a EDP está disponível para concretizar um grande investimento e o governo do Partido Socialista já assumiu que irá construir a Barragem do Pisão. A futura barragem não terá impacto em termos de rega, mas poderá ser vantajosa no abastecimento de água. Referiu ainda que a freguesia de Belver tem tido inúmeros problemas no abastecimento, havendo necessidade de recorrer ao transporte em camiões, mas assegurou que o município está atento à situação. Em relação ao Campo do Salgueirinho, informou que no cumprimento das normas da Direção Geral de Saúde, será apenas utilizado pela equipa de futebol sénior. Embora, haja a possibilidade de vir a ser utilizado também pelos escalões de formação. Quanto às publicações do cidadão Rui Delgado, reconheceu que habitualmente também as lê. O interesse é inegável, mas nunca houve qualquer manifestação de interesse por parte do autor, muito menos qualquer pedido de apoio para publicação. Afirmou que caso venha a haver, a câmara municipal apoiará como já fez com outros autores, adquirindo algumas obras. Habitualmente o valor do apoio é de 1.000,00€. A única exceção é uma obra da autoria do Dr. João Galinha Barreto, cujo lançamento ocorreu no sábado anterior a esta sessão. O autor abdicou dos direitos de autor e manifestou vontade para que a receita proveniente da venda dos 4000 exemplares revertesse integralmente para o Centro Social de Margem. E a câmara municipal assumiu os custos da edição da obra. -----
Em resposta à questão colocada acerca do Loteamento do Calvário, assumiu que a câmara municipal pretende fazer uma alteração, disponibilizando mais três lotes para construção, mas também um parque infantil e sénior, um campo

de padel e um quiosque. Confirmou que foi entregue um abaixo-assinado de alguns moradores. Mas, tal como já informou os moradores, a câmara municipal não tomará nenhuma decisão sem ouvir todos os interessados. Saliu que há vontade de ouvir os moradores, mas a legislação permitiria que o município fizesse a alteração sem que os mesmos se pronunciassem, porque mesmo depois de vender todos os lotes, o município continua a ser proprietário de 65% do loteamento. Sublinhou que o documento apresentado é extemporâneo e foi remetido por um cidadão que nem é proprietário de nenhum terreno ou habitação naquele loteamento. Quanto ao surto na freguesia de Alvega, apenas sabe o que é do conhecimento público, porque oficialmente apenas recebe dados do concelho de Gavião. Mas a informação veiculada refere a existência de sete casos. -----

Em resposta ao senhor Abílio Mendes, reconheceu que a rede de abastecimento de águas da Comenda tem tido muitos problemas. Tem a certeza que a câmara municipal na adjudicação da obra fez tudo o que devia, também a nível da fiscalização, mas efetivamente as ruturas são constantes e ainda não foi identificada a causa. Reconheceu que poderá ser pela falta de areia a proteger os canos. Evidenciou que o município é a principal vítima deste problema, porque tem que assumir os custos com as reparações constantes. Relativamente aos horários dos cafés e restaurantes, salientou que as determinações da DGS foram divulgadas no dia anterior a esta sessão. Afirmou que, na sua opinião, a obrigação de encerramento às 20 horas agudizará os problemas deste setor e mais vale encerrarem os estabelecimentos. Se for possível, pretende fixar o horário de encerramento nas 23 horas. Referiu que a construção dos sanitários e jardim na Comenda, tem sido travada por problemas com a aquisição do espaço. Tem sido impossível concretizar a escritura, porque os proprietários não se entendem e há um que se recusa a assinar. -----

O senhor deputado Abílio Mendes questionou se não poderia ser feita a expropriação. -----

O senhor presidente afirmou que esse seria um processo demorado e não seria justo, porque há herdeiros que já gastaram muito dinheiro com a regularização da situação e não seria justo que não recebessem qualquer

valor. Mas essa é uma preocupação e mantém contactos para resolver o assunto. -----

Ainda, relativamente à questão colocada pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Comenda, acerca da legalização do terreno da Ribeira da Venda, informou que tem sido muito complicado. Existe um documento que comprova a cedência do terreno á junta, mas nunca foi feita a escritura. Para complicar a situação, há um contrato de cedência da propriedade, onde está incluído o terreno referido, a uma empresa para instalação de central fotovoltaica. Assegurou que já foi preparada, pela empresa, uma minuta de cedência do terreno ao município. E espera que venha a ser possível resolver definitivamente o problema, realizando-se a escritura. Relativamente à questão do senhor Abílio, acerca do Mercado da Comenda, esclareceu que o arquiteto não abdicou dos direitos que tem sobre a obra e não permite que sejam retiradas as madeiras ou sequer envernizadas. Apenas autoriza que sejam lavadas e isso tem sido feito. -----

O senhor presidente da assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados e, na qualidade de diretor do Agrupamento de Escolas de Gavião, prestou alguns esclarecimentos acerca do regresso às aulas. Informou que tinham sido divulgadas informações através das redes sociais, porque é um dos meios mais eficazes. Na quarta-feira seguinte, o pré-escolar e o 1.º ano da escola de Gavião iniciariam as atividades e na quinta-feira seriam os restantes alunos a fazê-lo. Na segunda-feira seria realizada uma reunião, via zoom, com os encarregados de educação. Referiu que também já havia uma reunião agendada, com o Centro de Saúde de Gavião, para análise do plano de contingência do agrupamento de escolas. O documento já existia desde o início do período de contingência, mas, entretanto, tinha sido adaptado às novas determinações da DGS. Salientou que houve também uma reunião com os docentes de educação física, as educadoras de infância, as assistentes operacionais, que trabalham no pavilhão, para definir as regras para a prática desportiva no pavilhão. De igual modo, foram definidas as regras para as aulas da área da música. Evidenciou que na quarta-feira seguinte seria transmitida, no *Youtube*, uma sessão onde seriam prestados todos os esclarecimentos acerca das regras de funcionamento do Agrupamento de Escolas de Gavião e todos os interessados poderiam aceder à mesma. Informou que também

estava a ser preparado um folheto informativo, para distribuição aos encarregados de educação, sobre os cuidados a ter no regresso às aulas. Referiu que o início das aulas do ensino pré-escolar e do 1.º ano teria a presença dos encarregados de educação, para conhecerem as salas e dar alguma tranquilidade em relação às regras de funcionamento. Para os restantes encarregados de educação, essa informação seria prestada através dos meios digitais. Saliu que o objetivo seria ter o menor número de pessoas na escola, em simultâneo. Informou que haveria 3 entradas na escola sede, casa de banho distintas para cada nível de ensino e uma sala específica para cada uma das turmas. Evidenciou que o agrupamento adquiriu 880 kits de 3 máscaras para entregar a todos os alunos, docentes e não docentes. O Ministério da Educação transferiu 1.800€ para esse fim, mas a despesa foi de 2.100€. Foi também adquirido álcool-gel, aventais, luvas descartáveis e viseiras. Foi adquirido material para o 1.º período, posteriormente o ministério transferiria o valor para as aquisições do 2.º e 3.º períodos. Relativamente aos horários, informou que a hora do almoço e os intervalos serão desfasados. O início das aulas seria às 8.30H e a maioria das turmas teria várias tardes livres por semana. Referiu que tinha sido articulado, com a senhora vereadora da educação, o horário dos transportes para evitar que os alunos permanecessem muito tempo na escola, sem atividades. Informou também que o bar não funcionaria e os encarregados de educação seriam incentivados a mandar o lanche de casa. Haveria um regime excepcional para os alunos carenciados, que continuariam a receber o lanche da escola. Manifestou a sua preocupação com a possibilidade de algum aluno ou familiar testar positivo à COVID19. Esclareceu que a suspensão das atividades letivas presenciais só poderia ser determinada pela autoridade de saúde, por isso é muito importante que haja articulação e o delegado de saúde conheça o plano de contingência. Assegurou que Agrupamento de Escolas de Gavião tem tido sempre uma atitude responsável e ele próprio, enquanto diretor, também, porque o seu cargo é unipessoal e se alguma coisa correr mal será o responsável. ----- Aproveitou ainda para informar que tinha sido aprovada uma candidatura do agrupamento de escolas no âmbito do PNEPS e seria contratado um terapeuta da fala e um psicólogo. Informou ainda que se iniciaria um curso profissional de

Paulo P.
P.

nível secundário, de técnico de saúde, que teria 17 alunos. Evidenciou que este ano não haveria decréscimo de alunos, fruto dos cursos profissionais. -----

O senhor deputado José Maria Lima evidenciou a aposta que o município tem vindo a fazer na área do turismo. Mas lamentou que a pérola do concelho, o Alamal, tenha más referências no Google e no Trip Advisor, nos comentários ao funcionamento do snack-bar. Questionou se a câmara municipal poderia fazer algo para melhorar a qualidade do serviço prestado. Aproveitou ainda para referir que a RTP tem transmitido um programa sobre jardins históricos e, tem conhecimento que no Alamal existem algumas espécies muito interessantes, esse programa poderia ser mais uma iniciativa para divulgar o Alamal e o concelho de Gavião. Questionou ainda se a Área de Serviços de Autocaravanas estava a funcionar. -----

O senhor presidente da câmara começou por informar que a área de Serviço de Autocaravanas se mantém em funcionamento, desde a inauguração. Relativamente ao snack-bar do Alamal, afirmou saber que há nas plataformas referidas comentários negativos, mas também há muitos elogios. Um dos principais problemas, é o elevado número de clientes. Muitas vezes não é possível prestar um bom serviço, a muita gente, num espaço tão reduzido. Assegurou que todos os anos a câmara municipal reúne com o concessionário para fazer um balanço da atividade e, por ambas as partes, são apontados aspetos a melhorar. Salientou que o espaço é alvo de concessão e quando foi a concurso não houve mais concorrentes. Quanto à divulgação das espécies existentes no Alamal, o espaço tem alguns constrangimentos. -----

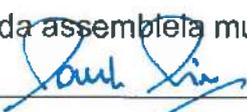
Aproveitou a oportunidade para sensibilizar os deputados municipais para a importância das eleições para a CCDR, alertando para a importância que aquela entidade tem para todos os municípios. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio para questionar que candidato o senhor presidente considerava mais favorável, Ceia da Silva ou Roberto Grilo, uma vez que não haveria campanha eleitoral. -----

O senhor presidente da câmara salientou que, até ao momento, não tinha sido apresentada nenhuma candidatura oficialmente. Os dois nomes referidos são merecedores de consideração. Ambos se destacaram nas atividades desenvolvidas. Um na área do turismo e o outro na presidência da CCDRA tiveram desempenhos muito benéficos para o concelho de Gavião. -----

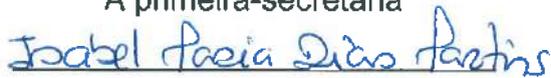
Aproveitou ainda para prestar informação acerca das diversas empreitadas que já decorriam ou teriam início em breve. Saliou a empreitada da Incubadora de Empresas Não Tecnológicas, que decorria a bom ritmo, tal como a obra da Eficiência Energética da Piscina Descoberta, com financiamento de 50% e cujo final se prevê para julho de 2021. A requalificação do edifício na Rua Dr. Dias Calazans (antiga Casa do João Ascensão) teria início no dia 6 de outubro. O reordenamento da Rua 23 de Novembro tinha sido adjudicado à firma URBIGAV e também teria início brevemente. A ampliação de rede de esgotos das "Torres" teria início a 21 de setembro. Informou também que a candidatura do PR8 – Rota da Sirga, tinha sido aprovada num financiamento de 85%. Para além das obras referidas, evidenciou que decorriam outras obras, por administração direta, havia candidaturas a aguardar aprovação e também diversos projetos em carteira, a aguardar a abertura de candidaturas. ----- Não havendo mais intervenções dos deputados, o senhor presidente da mesa da assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir. ----- Não se registando qualquer intervenção, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram dezoito horas e dez minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Prof. Paulo Manuel Alfaiate Pires))

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)